



COMPANHIA ABERTA  
CNPJ 04.913.711/0001-08  
NIRE 15300000114  
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Bairro  
Campina | CEP 66.010-000 – Belém-Pará

Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária  
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório  
da Administração.



#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2010	2009
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>428.566</b>	<b>361.530</b>
Intermediação Financeira	402.971	332.217
Prestação de Serviços	31.459	25.395
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão	(17.429)	(8.422)
Outras	11.565	12.340
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(90.920)</b>	<b>(87.763)</b>
Captação	(89.687)	(84.218)
Câmbio	(41)	(9)
Títulos e Valores Mobiliários	(1.192)	(3.536)
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(86.549)</b>	<b>(88.402)</b>
Materiais, Energia e Outros	(7.271)	(7.234)
Serviços de Terceiros	(75.709)	(70.257)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(3.568)	(10.911)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>251.098</b>	<b>185.365</b>
<b>5 - RETENÇÕES</b>	<b>(7.361)</b>	<b>(5.929)</b>
Amortização	(704)	(303)
Depreciação	(6.657)	(5.626)
<b>6 - VALOR ADIC. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>243.737</b>	<b>179.436</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>243.737</b>	<b>179.436</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>243.737</b>	<b>179.436</b>
<b>8.1 - Pessoal</b>	<b>98.976</b>	<b>81.977</b>
Remuneração Direta	64.626	52.657
Benefícios	29.913	25.650
FGTS	4.437	3.670
<b>8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>71.618</b>	<b>52.099</b>
Federais	69.762	50.537
Estaduais	-	13
Municipais	1.856	1.549
<b>8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.848</b>	<b>1.665</b>
<b>8.4 - Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>71.295</b>	<b>43.695</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	17.824	21.848
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	53.471	21.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, crédito imobiliário, de desenvolvimento e câmbio.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas demonstrações contábeis do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29/05/2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29/08/2008, do CMN);

- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7/10/2009).

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### 3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

#### 3.3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### 3.4. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

**a) Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem ativados e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**b) Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

**c) Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados “pro rata die” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

#### 3.5. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (hedge) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos no exercício.

#### 3.6. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado